ATO PGJ Nº 666/2017

Normatiza e padroniza a prestação de contas anual das Fundações e Entidades de Interesse Social e dá outras providências.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as definidas no art. 12, V da Lei Complementar Estadual nº 12/93 e no art. 10, V da Lei Federal nº 8.625/1993;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a fiscalização das Fundações e Entidades de Interesse Social localizadas no Estado do Piauí, nos termos do disposto no art. 129, IX da CF/88 e do art. 66 do Código Civil, compreendendo a fiscalização e análise técnica das Prestações de Contas;

CONSIDERANDO a celebração do Convênio nº 54/2016 de Cooperação Científica e Tecnológica, firmado entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE, com a cessão do SICAP – Sistema de Cadastro e prestação de Contas de Fundações e Entidades de Interesse Social, que permite o acesso a dados técnicos indispensáveis ao desempenho das Promotorias de Justiça no processo de fiscalização;

CONSIDERANDO a necessidade de centralizar os dados relativos às Fundações e Entidades de Interesse Social fiscalizadas pelo Ministério Público, medida imprescindível para a efetiva implementação do sistema de controle;

CONSIDERANDO a importância da criação do banco de dados, para o qual

sejam canalizadas todas as informações institucionais, técnicas, estatísticas e operacionais acerca das Fundações e Entidades de Interesse Social;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar e padronizar os procedimentos e os instrumentos executivos para as prestações de contas das Fundações e Entidades de Interesse Social, visando a tornar mais eficaz e efetiva a atuação do MPPI,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Do Banco de Dados das Fundações e Entidades de Interesse Social - BDAF

Art. 1º Fica criado o Banco de Dados das Fundações e Entidades de Interesse Social - BDAF, destinado a registrar e arquivar os dados das referidas entidades sediadas ou em operação no Estado do Piauí.

Art. 2º O BDAF utilizará os dados lançados pelas Fundações e/ou Entidades de Interesse Social e Promotorias de Justiça no Sistema de Cadastro e Prestações de Contas – SICAP, desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas- FIPE, composto de três módulos:

- I - SICAP Coletor;
- II - SICAP Promotor;
- III - SICAP Administrador.

CAPÍTULO II

Da Prestação de Contas

Art. 3º As Fundações e/ou Entidades de Interesse Social encaminharão, anualmente, os dados e informações referentes às suas atividades, na forma de prestação de

contas devendo ainda preencher os dados e informações no SICAP – Módulo Coletor, gravando-os posteriormente em CD-Rom, para remessa à Promotoria de Justiça responsável pela fiscalização.

§ 1º O SICAP – Módulo Coletor será utilizado pelas Fundações e/ou Entidades de Interesse Social para apresentação de dados e informações ao BDAF.

§ 2º A prestação de contas deve estar munida da documentação estabelecida neste Ato Normativo e dos dados constantes do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas- SICAP.

Art. 4º As Fundações e/ou Entidades de Interesse Social tem até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao exercício financeiro para apresentar a prestação de contas à Promotoria de Justiça responsável.

§ 1º A prestação de contas deve ser entregue na respectiva Promotoria de Justiça responsável pelo município onde está localizada a sede da entidade e, havendo filial localizada no território Estadual, cada qual deverá apresentar a sua prestação de contas na Promotoria de Justiça correspondente.

§ 2º As Fundações e/ou Entidades de Interesse Social sediadas no Piauí e que tenham filiais em outro Estado, deverão apresentar a prestação de contas de suas atividades tanto na Promotoria de Justiça responsável pelo município da sede quanto da sub-sede.

§ 3º A escrituração contábil e as demonstrações contábeis das Fundações e/ou Entidades de Interesse Social devem estar em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 5º A prestação de contas anual das Fundações e/ou Entidades de Interesse Social será instruída com os seguintes documentos:

I – Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas no exercício, com informações que comprovem a sua efetiva realização, de acordo com as suas finalidades

estatutárias desenvolvidas no período, bem como avaliação de desempenho e, ainda informações sobre:

- a) os projetos;
- b) as pessoas beneficiadas;
- c) o número de voluntários e de empregados.

II - Demonstrativos Contábeis elaborados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, assinados por contabilistas devidamente registrados no CRC e pelo representante legal da entidade, quais sejam:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Superávit ou Déficit;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- d) Balancete detalhado do mês de Dezembro.

III - Informações Bancárias com a relação das contas bancárias, com identificação da instituição financeira, número da conta, tipo de conta indicando se os depósitos são em conta corrente, conta de aplicação, poupança e agência, extratos bancários do mês de dezembro acompanhados da conciliação, relativos a todas as contas, assinadas por contabilista;

IV - Relação dos convênios, contratos ou termos de parcerias realizadas com órgãos públicos, privados ou outra entidade sem fins lucrativos, discriminando o objeto, o valor e a data de vigência, e ainda:

a) Certidão negativa do órgão repassador de recursos públicos, na hipótese de a Fundação e Entidades de Interesse Social ter recebido recursos através de convênios, cuja certidão deverá declarar que a Fundação apresentou a prestação de contas dos recursos

repassados e aplicação de acordo com o objeto do convênio;

b) declaração do órgão concedente da regularidade na aplicação das etapas executadas referentes ao período relativo à prestação de contas, caso o convênio esteja em execução;

V - cópia da ata da Assembleia-Geral Ordinária que aprovou as contas dos administradores e votou as demonstrações financeiras do exercício;

VI – cópia do parecer e do relatório de auditoria independente, se a Fundação ou Entidade de Interesse Social tiver contratado auditoria independente por exigência estatutária, deliberação da fundação ou por exigência legal;

VII - Termo de Conferência de Valores em caixa;

VIII – Declaração de realização, bem como o inventário anual dos bens permanentes, indicando:

a) nome das pessoas que elaboraram o referido inventário;

b) a divergência encontrada entre o exame físico e o registro contábil, caso haja;

c) as providências adotadas para a regularização;

d) o saldo do exercício anterior (em quantidade e valor);

e) a quantidade e o valor do registro de entrada e de saída;

f) o saldo para o exercício seguinte;

IX – Declaração de Realização, bem como o inventário anual dos bens em almoxarifado, indicando:

a) nome das pessoas que elaboram o referido inventário;

b) a divergência encontrada entre o exame físico e o registro contábil, caso haja;

- c) as providências adotadas para a regularização;
- d) o saldo do exercício anterior (em quantidade e valor);
- e) a quantidade e o valor do registro de entrada e de saída;
- f) o saldo para o exercício seguinte (em quantidade e valor);

X – Certidões Negativas, válidas no mês de apresentação de contas, relativas a:

a) tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e Municipal da sede da Fundação e Entidade de Interesse Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, emitida pela Caixa Econômica Federal;

c) tributos administrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

d) tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;

e) Dívida Ativa perante a União.

f) RAIS- Relação Anual de Informações Sociais e respectivo recibo de entrega;

g) regularidade perante ao Ministério do Trabalho;

XI - cópia do estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da lei, com identificação do mesmo Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados do registro no próprio documento ou em certidão.

XII - cópia da ata da atual diretoria registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da lei, com identificação do mesmo Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados do registro no próprio documento ou em certidão.

Parágrafo único. A Promotoria de Justiça poderá solicitar outros documentos que se fizerem necessários, para esclarecimentos ou dúvidas.

Art. 6º A Promotoria de Justiça responsável pela fiscalização somente emitirá o Atestado de Regularidade – ATRE mediante a aprovação das contas das Fundações e/ou Entidades de Interesse Social.

Art. 7º Os Promotores de Justiça com atribuição de fiscalização de Fundações e Entidades de Interesse Social, bem como a equipe técnica responsável pela análise das prestações de contas, efetuarão visitas periódicas às Fundações e Entidades de Interesse Social, objetivando verificar o cumprimento de suas atividades estatutárias.

Art. 8º A Promotoria de Justiça responsável pela fiscalização poderá exigir a realização de auditorias, estudos atuariais, técnicos e periciais, complementares, ficando as despesas por conta da entidade fiscalizada.

Art. 9º A Fundação e/ou Entidade de Interesse Social que não prestar contas dentro do prazo regulamentar, pode ser considerada inadimplente, sendo notificada pela Promotoria de Justiça, via AR- Aviso de Recebimento, com prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar toda a documentação estabelecida por este Ato Normativo, a contar da data de recebimento do AR pela Fundação e/ou Entidade de Interesse Social.

Parágrafo único. Caso a Fundação ou Entidade de Interesse Social não cumpra a notificação dentro do prazo estipulado, a Promotoria de Justiça adotará medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis, inclusive ação de exigir contas.

CAPÍTULO III

SICAP – MÓDULO PROMOTOR

Art. 10 O SICAP – Módulo Promotor é um programa que recupera os dados do CDs-Rom recebidos das Fundações e/ou Entidades de Interesse Social e tem por finalidade auxiliar nas análises, e controlar as fundações que prestaram ou não contas no exercício.

Parágrafo único. A Promotoria de Justiça responsável pela fiscalização ao

receber os dados e informações do SICAP - Módulo Coletor, entregues pelas Fundações e/ou Entidades de Interesse Social, via CD Rom, efetuará a leitura e a atualização do SICAP- Módulo Promotor, cuja finalidade consiste na verificação formal da prestação de contas, e o arquivamento das informações para manutenção do cadastro e geração de relatórios.

Art. 11 O CD Rom entregue pelas Fundações e/ou Entidades de Interesse Social deve estar devidamente etiquetado, contendo: nome da Entidade, nº do CNPJ, ano base a que se refere a Prestação de Contas Anual, juntamente com os seguintes documentos:

a) duas vias do Recibo de Entrega de Prestação de Contas Anual, emitido pelo SICAP;

b) uma via da Carta Representação da Administração, conforme modelo do SICAP.

§1º A Carta de Representação da Administração e o Recibo de Entrega de Prestação de Contas Anual devem estar assinados pelo Presidente e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade da Fundação, que deve juntar, ainda, o Certificado de Regularidade do Contabilista perante o Conselho Regional de Contabilidade.

§2º A Promotoria de Justiça, ao receber a documentação, autua processo, certifica uma via do Recibo de Entrega de Prestação de Contas, registra o número do protocolo e devolve para a Entidade como comprovante de recebimento, sendo a outra via anexada ao processo como comprovante de entrega da documentação.

Art. 12. A Promotoria de Justiça analisará a documentação verificando se está completa, assim como efetuará a leitura e gravação do SICAP- Módulo Coletor e, caso verifique ausência de documentos, dados ou informações, requisitará da Fundação e Entidades de Interesse Social a complementação da prestação de contas, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Caso não apresente a documentação complementar no prazo estipulado, a Fundação ou Entidade de Interesse Social poderá ser considerada inadimplente, facultado à Promotoria de Justiça a adoção dos procedimentos previstos no parágrafo único do art. 9º deste Ato.

CAPÍTULO III

SICAP – MÓDULO ADMINISTRADOR

Art. 13. A Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos do Ministério Público do Estado do Piauí é o órgão central e administrador do SICAP-Módulo Administrador.

§1º Caberá à Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos informar às Promotorias de Justiça e às Fundações e/ou Entidades de Interesse Social, preferencialmente via correspondência eletrônica, o link, na rede mundial de computadores, para acesso ao SICAP.

§2º Recebido o processo de prestação de contas e o CD-Rom do Módulo Coletor, após leitura e gravação, poderá a Promotoria de Justiça solicitar apoio acerca de informações de cunho técnico-contábil à Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos.

§3º Caso falte alguma informação ou documento necessário para a análise, a Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos solicitará à Promotoria de Justiça que requisite junto à Fundação e/ou Entidades de Interesse Social a complementação da Prestação de Contas no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 14. A Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos emitirá relatório técnico, obtido da análise efetuada pelo Módulo Administrador, o qual deverá ser juntado ao respectivo Procedimento Administrativo de Prestação de Contas da Fundação.

§1º O relatório técnico tem por objetivo informar a situação da Fundação e/ou Entidade de Interesse Social que está sendo analisada, para emissão do Atestado de

Regularidade- ATRE.

§2º O parecer emitido pela Promotoria de Justiça passará, preliminarmente, pela análise dos documentos apresentados pela Fundação ou Entidade de Interesse Social, juntamente com os relatórios técnicos e pode opinar quanto a:

I - aprovação das contas;

II - complementação de documentos ou informações;

III - necessidade da realização de auditoria “*in loco*” para a confirmação dos dados apresentados ou esclarecimento de dúvidas encontradas;

IV - não aprovação das contas;

§ 3º A Promotoria de Justiça, após concluído o processo de prestação de contas, poderá adotar uma das seguintes medidas:

I - aprovar as contas, com a emissão do Atestado de Regularidade – ATRE, conforme modelo em anexo;

II - determinar auditoria “*in loco*”;

III - não aprovar as contas, ficando a Fundação ou Entidade de Interesse Social sujeita às sanções previstas em lei, podendo ajuizar medida de intervenção ou até mesmo ação de extinção, independentemente da responsabilização dos seus dirigentes.

§4º A Promotoria de Justiça, após a aprovação da prestação de contas da Fundação e/ou Entidades de Interesse Social encaminhará o referido processo à entidade que deverá mantê-la em arquivo por um período de 05 anos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As Promotorias de Justiça com atribuição de fiscalização de Fundações e

Entidades de Interesse Social, devem manter cadastro das referidas entidades localizadas nos Municípios onde atuam, especificando:

I - nome da Fundação e Entidades de Interesse Social;

II - finalidade de sua criação;

III - data de sua instituição;

IV - natureza jurídica (pública ou privada);

V - endereços e telefones;

VI - outros dados que considerar importante para identificação e sua situação atual.

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça devem encaminhar ofício, no prazo de 30 (trinta) dias, para as Fundações e/ou Entidades de Interesse Social que estão sob sua responsabilidade, informando acerca da regulamentação da prestação de contas e a disponibilização do SICAP e deste Ato Normativo.

Art. 16. Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina-PI, 05 de abril de 2017.

Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça